



## CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG.

Publicado no quadro de avisos da Câmara em	08/05/20	às	15:36	horas e
registrado em livro próprio às folhas	341			
Sob o nº	84/2020			
Servidor Responsável				

PARECER DO RELATOR DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS – MG, SOBRE O **PROJETO DE LEI Nº 010/2020**, DE AUTORIA DO VEREADOR PRESIDENTE, REGINALDO PALMA, QUE *“Altera a Lei Municipal nº. 1.320, de 19 de dezembro de 2019, que Dispõe Sobre o Pagamento de Verbas Indenizatórias no Poder Legislativo Municipal.”*<sup>1</sup>

### 1 – RELATÓRIO

Trata-se do **Projeto de Lei nº 010/2020**, de iniciativa do Vereador Presidente, Reginaldo Palma, que *“Altera a Lei Municipal nº. 1.320, de 19 de dezembro de 2019, que Dispõe Sobre o Pagamento de Verbas Indenizatórias no Poder Legislativo Municipal.”*<sup>2</sup>

O referido Projeto de Lei, foi recebido por esta Casa Legislativa no dia 12 de março de 2020, foi distribuído à Comissão de Legislação, Justiça e de Redação, da qual recebeu parecer favorável. Dando continuidade ao processo legislativo, foi distribuído à presente Comissão, pela qual fui designado para funcionar como relator.

### 2 – VOTO

Inicialmente, ressalto que à Comissão de Administração Pública, compete à apreciação de Projetos de Leis, sob à ótica da Administração Pública, primando sempre pela adoção das melhores práticas administrativas. Não compete à Comissão de Administração Pública, à

<sup>1</sup> Epígrafe do Projeto de Lei 010/2020 – com grifo nosso.

<sup>2</sup> Epígrafe do Projeto de Lei 010/2020 – com grifo nosso.

DALA



## CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

apreciação de legalidade e constitucionalidade das proposições, logo à mesma deve proceder com a apreciação sob à ótica da conveniência e oportunidade das matérias.

O Projeto de Lei 010/2020, possui como matéria à alteração do §3º, do artigo 20, da Lei Municipal nº 1.320, de 19 de dezembro de 2019. Por melhor didática, transcrevemos o texto atual do citado dispositivo legal e em seguida o texto proposto.

O texto vigente do §3º, do artigo 20, da Lei Municipal nº 1.320, de 19 de dezembro de 2019, possui a seguinte redação:

*“Art.20 - .....*

*§1º - (...).*

*§3º – O limite por adiantamento é de R\$ R\$ 1.000,00 (um mil reais).*

*§4º - (...).”<sup>3</sup>*

O texto proposto pelo Projeto de Lei 010/2020, para a nova redação do §3º, do artigo 20, da Lei Municipal nº 1.320, de 19 de dezembro de 2019, possui a seguinte redação:

*“Art.20 - .....*

*§1º - (...).*

*§3º – O limite por adiantamento é de até R\$ R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).*

*§4º - (...).”<sup>4</sup>*

Da análise detida dos textos, percebe-se que a proposição visa alterar o valor máximo permitido para adiantamentos, tal alteração resultará em acréscimo de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Importante ressaltar que o instituto do adiantamento consiste no numerário colocado à disposição do servidor ou de uma unidade administrativa, a fim de lhe dar

<sup>3</sup> Texto vigente do §3º, do artigo 20, da Lei Municipal nº 1.320, de 19 de dezembro de 2020.

<sup>4</sup> Texto proposto pelo Projeto de Lei 010/2020, para a nova redação do §3º, do artigo 20, da Lei Municipal nº 1.320, de 19 de dezembro de 2020.

**DALA**

**Rua Dom Elizeu, 51 – CEP: 38.650-000 – Bonfinópolis de Minas – MG  
CNPJ/MF 20.571.501/0001-35, Telefone (38) 3675-1401**





## CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS

condições de realizar despesas de pequeno valor que, por sua natureza ou urgência, no possam aguardar o processamento normal.

Entendo que a majoração do valor máximo de adiantamento atende aos princípios da eficácia, eficiência e economicidade na gestão pública. Por isso, entendo que o Projeto de Lei em apreciação merece ser submetido a apreciação em plenário.

Sabemos que a apreciação quanto a técnica legislativa cabe a Comissão de Legislação, Justiça e Redação e não a presente Comissão de Administração Pública, no entanto não podemos deixar de apresentar observação que possivelmente não foi observada pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, sendo a seguinte observação:

**Redundância, na expressão “O limite por adiantamento é de até”, as palavras “limite” e “até”, não foram aplicadas da melhor forma na expressão, pois se temos um limite não é necessária a palavra “até”.**

Pelo demonstrado, sugerimos que seja apresentada, emenda de plenário, no sentido de suprimir a palavra “até”, do texto do Projeto de Lei 010/2020.

### 3 – PARECER

Por todo o exposto, **somos pela aprovação do Projeto de 010/2020, com a emenda sugerida.**

Bonfinópolis de Minas/MG, 04 de junho de 2020.

**ZEZINHO DESPACHANTE**

*Vereador Relator.*

	CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG SECRETARIA DAS COMISSÕES
<b>DESPACHO</b>	
Aprovado (X) Rejeitado ( ) o voto do relator em único turno por ( ) votos favoráveis ( ) votos contrários e ( ) abstenções.	
Sala de Comissões <u>08/06/2020</u>	
PRESIDENTE DA COMISSÃO	

	CÂMARA MUNICIPAL DE BONFINÓPOLIS DE MINAS - MG SECRETARIA DAS COMISSÕES
<b>DESPACHO</b>	
Dou por concluso nesta comissão nos termos do Art. 105. XX, da Resolução 136, de 03/01/2017 o presente processo legislativo. Subam os autos à Mesa Diretora.	
Sala das Comissões <u>08/06/2020</u>	
PRESIDENTE DA COMISSÃO	